



## DO AUTORITARISMO À EMANCIPAÇÃO FEMININA

*From authoritarianism to female emancipation*

**Maria dos Milagres da Cruz Lopes**

UFTM

**Natália Aparecida Morato Fernandes**

UFTM

**Resumo:** O que se pretende tratar no escopo deste artigo é uma reflexão breve sobre o autoritarismo e patriarcalismo frente às questões levantadas como fenômeno político, social e econômico que afeta fortemente o modo de ser da sociedade, principalmente no que implica em seus desdobramentos a luta incansável pela questão de gênero em seu pleno exercício de direitos e deveres tanto na esfera privada, quanto na esfera pública. Para tanto, o texto se divide em duas partes: primeiro, volta-se ao autoritarismo no Brasil enraizado sob o poder senhorial hierárquico de obediência servil que cria através do biopoder, uma sociedade frágil, desigual e excludente aos corpos mais vulneráveis e, segundo, ressalta-se a importância da questão de gênero e a emancipação no século XIX, trazendo como pioneira desta luta, a forte voz de expressão política e social, Nísia Floresta (1810-1885), a precursora do feminismo brasileiro contra toda forma autoritária de poder sobre as mulheres.

**Palavras-Chave:** Autoritarismo. Patriarcalismo. Gênero. Emancipação. Educação.

**Abstract:** The aim of this article is to briefly reflect on authoritarianism and patriarchy in the face of the issues raised as a political, social and economic phenomenon that strongly affects society's way of being, especially in terms of its consequences for the tireless struggle for gender in the full exercise of rights and duties in both the private and public spheres. To this end, the text is divided into two parts: firstly, it turns to authoritarianism in Brazil rooted under hierarchical lordly power of servile obedience that creates through biopower, a fragile, unequal and exclusionary society for the most vulnerable bodies and, secondly, it highlights the importance of the gender issue and emancipation in the 19<sup>th</sup> century, bringing as a pioneer of this struggle, the strong voice of political and social expression, Nísia Floresta (1810-1885), the forerunner of Brazilian feminism against all authoritarian forms of power over women.

**Keywords:** Authoritarianism. Patriarchy. Gender. Emancipation. Education.

### 1. Introdução

A intenção da nossa reflexão, de forma bem abreviada, volta-se a entender a relevância e as variações em relação à questão de Gênero no processo de construções sociais dentro de uma estrutura de poder de “sociedade patriarcal”, de dominação sexual em suas práticas mais perversas e preconceituosas que alimenta a divisão sexista e princípios que regulamentam o comportamento social com diferenças abissais hierarquizadas como controle desse sistema autoritário que impõe a sua ideologia machista como verdade a ser seguida sobre as minorias.

O nosso interesse se volta a compreender como o argumento desse “biopoder” ganhou tanto espaço na sociedade autoritária e patriarcal, politicamente e historicamente pela imposição da força ideológica para justificar o estabelecimento dessa violência sexista contra os corpos vulneráveis.

Para tanto, dividimos este artigo em duas partes distintas. Na primeira, focamos nossa atenção ao autoritarismo e o patriarcalismo brasileiro como fenômeno que atinge tanto a esfera privada quanto a esfera pública. Na segunda, destacamos a questão de gênero e a busca pela emancipação no século XIX, com as contribuições e posicionamentos da destacável e ilustre figura feminina de Nísia Floresta, mulher para além do seu tempo.

## 2. Autoritarismo e patriarcalismo

Falar de autoritarismo não é uma tarefa fácil, principalmente quando recorremos ao autoritarismo brasileiro como fenômeno social atrelado ao patriarcalismo com as marcas profundas da sociedade senhorial tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Não há como ficar indiferente à essa realidade. Ressalta-se que, ainda hoje, tal fenômeno é marcante em grande parte da sociedade, especialmente dentre o grupo autoritário de onde provém essa representação, com forte ligação do passado como origem a ser sempre lembrado para conservar as práticas autoritárias como repetição, sempre presentes nas relações atuais como forma repressora que impedem novas expressões e valores de repensar novos meios de uma sociedade democrática participativa.

Muitas questões têm levantado e movido uma série de reflexões em relação ao autoritarismo como fenômeno político, social e econômico que afeta profundamente o modo de ser da maioria da sociedade brasileira marcada por uma estrutura hierárquica vertical que afeta em todos os âmbitos, principalmente os mais vulneráveis através das relações sociais com os resquícios de superioridade, isto é, o que manda sobre ao que o obedece e se julga inferior, criando assim, um espaço social frágil de submissões e desigualdades que determina a relação dos ditames da ordem do poder “senhorial” e da obediência “servil”.

Diante dessa realidade, como podemos desenvolver nosso modo de perceber e compreender a melhor forma de nos posicionar contra as ferramentas do autoritarismo brasileiro, que se coloca como principal arma de derrocada da democracia com as marcas da sociedade colonial escravagista onde o outro não é reconhecido? Os desafios são muitos e, às vezes, temos a impressão de que as coisas são mais complicadas do que deveriam, justamente para a maioria da população que não consegue perceber com clareza o que está em jogo. Além disso, como podemos desenvolver nossa habilidade de olhar e compreender melhor a farsa do autoritarismo brasileiro que traz nas suas ações as práticas do patriarcalismo, e como podemos alimentar esses debates e buscar soluções sem que gere desgastes com as minorias da sociedade brasileira?

Partimos de uma questão básica: não é preciso ser feminista para entender e se opor ao mecanismo do autoritarismo brasileiro que defende as práticas tão intolerantes e violentas do modelo patriarcal como consolidação da perversidade sobre o outro, moldando condutas e definindo desigualdades sociais como marcadores de diferença fundamentais tão infames e excludentes, mas é necessário que sejamos pessoas lúcidas diante da engrenagem do autoritarismo e nos organizarmos com habilidades sobre as mais diversas formas de exclusões que afetam a muitos e agirmos por uma realidade social mais igual sem o jogo do autoritarismo.

Quando nos referimos ao termo patriarcalismo, compreende-se “à sociedade estruturada segundo o poder do pai”<sup>1</sup>, isto é, tudo centralizado sob o seu jugo que se legitima da força como funcionamento de um projeto conservador da política colonial com amplo espaço e privilégios no Império e na República para desenvolver as práticas mais cruéis de escravidão com o uso da força arbitrária da violência para com as mulheres, os negros e os indígenas, legalizando dessa forma, infelizmente, a naturalização mais infame de perversão.

Pater é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios (“pai” é o dono do *patrimonium*), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz *domus*, e o poder do pai sobre a casa é o *dominium*), e os que estão sob seu domínio formam a *familia* (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder<sup>2</sup>.

Ora, quando se observa o autoritarismo no Brasil enraizado sob o poder senhorial da propriedade privada, verifica-se questões abissais desse poder escravista, para isto, demonstra-se uma notável contribuição de Marilena Chauí<sup>3</sup> ao afirmar alguns traços marcantes desse modelo de sociedade estruturada pela matriz senhorial da Colônia. Disso decorrem as divisões sociais naturalizadas em desigualdade das diferenças étnicas e de gênero que geram todas as formas de violência, uma delas, a relação de obediência servil que se desdobra na negação da legalidade das leis como direito para todos, isso gera a indistinção entre o público e o privado. Nesse sentido, esse modelo de sociedade naturaliza as desigualdades e toda forma de exclusões socioeconômicas das minorias como funcionamento natural da política, onde o outro não é reconhecido como sujeito da sua própria história e dos seus direitos, o que está em jogo é a liberdade, destituída de garantias, de proteção e ameaça à vida, como se fosse pouco, até mesmo às questões mais elementares da vida.

É sobre essa cruel história “de modelo colonial brasileiro do uso da mão de obra escrava com a grande propriedade monocultura, o personalismo dos mandos privados e ausência da esfera pública”<sup>4</sup> que se apoia o autoritarismo patriarcal à figura do senhor, e dele provêm as mais diversas manifestações autoritárias desse modelo jamais questionado, ocupando sua realidade simbólica como força para toda organização do autoritarismo político e social como forma de garantir e ampliar a perpetuação, como bem descreve Schwarcz:

Fazia parte do “cabedal de um senhor”, ainda cuidar de todos aqueles que rodeavam e suprir-lhes. Era desse modo que proprietários ampliavam seus deveres, mas também acumulavam direitos. Enrijecia-se, pois, uma sociedade marcada pela autoridade do senhor, que exercia cobrando caro pelos “favores” feitos e assim naturalizava o seu domínio. Capital, autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante de vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na Igreja e na administração pública, constituíram-se em metas fundamentais desse lustro de nobreza que encobria muita desigualdade e concentração de poderes<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. Brasil: *mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo 2000, p. 13.

<sup>2</sup> CHAUI, Marilena. Brasil: *mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo: Editora Perseu Abramo 2000, p. 12.

<sup>3</sup> CHAUI, Marilena. Brasil: *mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo 2000, p. 93-97.

<sup>4</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 42.

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 45

Em todos esses aspectos, a perspectiva do autoritarismo patriarcal dos senhores “provedores” se estendia como forma de controle, força e influência sobre os mais fracos para garantir os privilégios e o patrimônio sob o jugo da escravidão e do favoritismo.

Esse não é um dado indiferente, pois ao cabo, trata-se uma realidade substancialmente vigente por meio das práticas de alienação de poderes políticos e social através de subserviência por parte daqueles que se deixam dominar e manter esse tipo de relação dominadora, opressora de “mandonismo” como parte operante do autoritarismo brasileiro que se instala em todos os âmbitos (saúde, educação, transporte, moradia, lazer, emprego e liberdade de expressão) sob vigilância de um sistema controlador e corrupto. Nesse sentido, o que se estabelece é uma relação de dominador (de quem detém o poder) e dominado (a massa alienada e oprimida que vende a força de trabalho e a dignidade), de um certo tipo que não deixa de ser uma prática de *apartheid* social.

Como se sabe, o contexto histórico brasileiro desde a colonização assume posições de força persuasiva criando uma tensão diante da realidade ao produzir contradição entre o real e o imaginário coletivo dessa representação que gera contradições e alimenta ilusões sob novas aparências do mundo real.

### 3. Gênero e emancipação no século XIX

Como vimos acima, o exercício do poder autoritário e patriarcal assentou-se sob o jugo do soberano com seu controle de vigilância e punição excessivas aos corpos sacrificáveis, indefesos e vítimas desse sistema brutal de poder e força sobre o outro como projeto político. Não tem como negar tal realidade.

É nesse sentido que nos apropriamos do pensamento de Foucault em relação ao “biopoder” quando refletimos questões desse poder de controle tanto do passado recente da nossa história quanto ao momento presente, principalmente quando nos referimos aos corpos frágeis e vulneráveis às práticas desse biopoder ligado aos seus interesses para alcançar um fim que induz, reproduz e controla como “regime” da verdade<sup>6</sup>. Nesse sentido se compreende a verdade condicionada aos interesses dos que detém poder, para afirmar uma ideologia dominante no intuito de manter a estrutura de poder autoritário a favor da violência e desigualdade de gênero em diferentes realidades, para “produzir efeitos regulamentados”<sup>7</sup>. Como sabemos, a sociedade brasileira impôs seus discursos autoritários tendenciosos como forma de controle do aparelho político, social, religioso e das sexualidades com a intenção de sempre dizer “o que funciona como verdadeiro”<sup>8</sup> a partir dos tipos de discursos que ela constrói com a intenção de ser acolhida como uma verdade.

Foucault parte do princípio de que a verdade é centrada na forma de como organizam as instituições e como essa verdade é submetida ao poder econômico e político, de como essa verdade é controlada, produzida e transmitida pelos aparelhos ideológicos sob o controle dominante do Estado, e de como essa própria verdade é objeto de debate político e de confronto social<sup>9</sup>. Isto para corroborar que em uma sociedade como a nossa, o poder político autoritário foi capaz de produzir discursos como sustentação de uma ideologia de subserviência para manter a exploração de escravidão às dimensões, inclusive dos corpos, com base nisso, como bem disse Marilena Chauí:

As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos), e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 11.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 10.

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.10.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.11.

gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais.<sup>10</sup>

Como mostra a realidade, a sociedade brasileira foi responsável de elaborar seus próprios indicadores de diferenças sociais, impostos pelo biopoder, impondo seus estereótipos ideológicos de reprodução de preconceito, discriminação, inferioridade e violência, que “moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais [...], criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita”<sup>11</sup>. Nesse sentido podemos dizer que esse poder se fortaleceu e sustentou as diferenças sociais de subordinação discriminatória de construção histórica pela classe econômica, cultural, religiosa, política e social.

Diante dessa discussão, pergunta-se que tipo de biopoder foi esse de imposição sobre os corpos e seus desejos, capaz de produzir a desigualdade de poder entre gênero masculino e feminino de forma tão discriminatória que resultou em violências? Pois bem, sabe-se que essas relações desiguais de poder entre gênero têm suas raízes históricas que atravessam séculos, infelizmente toleradas pela sociedade e que precisam ser combatidas de forma lúcida e corajosa através de movimento social capaz de refletir criticamente as estruturas que mantêm esses macropoderes autoritários que ditam regras de comportamentos a serem obedecidas de estrutura fechada.

O processo de construção de tomada de consciência de uma determinada realidade seja ela histórica, política ou social se dá de forma gradativa na consolidação de novos paradigmas. Na contramão dessa história do uso efetivo do poder, a nossa intenção é mostrar, de forma ainda que breve, a questão de gênero, na intenção de ir para além dessa relação de poder e pontuar como se deu para se ter uma compreensão mais clara e efetiva dessa relação de poder historicamente construída, na possibilidade de diminuir as desigualdades não somente entre a diferença biológica - feminino e masculino -, mas enquanto relação de gênero “socialmente construída e que ultrapassa a evidência biológica operada a partir de categorias binárias”<sup>12</sup>. A compreensão moderna de gênero lida potencialmente com “as construções sociais dos atributos femininos e masculinos definidos como papéis percebidos como inerentes à ‘feminilidade’ ou à ‘masculinidade’. [...] descritos como comportamentos aprendidos em uma sociedade, comunidade ou grupo social”<sup>13</sup>. Nesse sentido, esses papéis foram se concretizando de diferentes aspectos ao longo da história, hoje, para além dessa nomenclatura de masculino e feminino, surge nova forma de convivência através de “sociedades mais plurais porque constituídas a partir de vários arranjos familiares e a partir da própria instabilidade das orientações de gênero”<sup>14</sup>, como nova configuração de relações.

Trazemos para este espaço de discussão sobre a luta por igualdade de gênero no Brasil do século XIX, uma voz feminina que ecoou com audácia e genialidade através dos seus escritos e seus posicionamentos políticos e sociais, posturas que causaram admiração e estranheza para sua época. Afinal, quem é esta mulher profundamente lúcida, para sua época, por isso considerada muito além do seu tempo? É a nossa ilustre pensadora brasileira Dionísia Gonçalves Augusta (1810-1885), com pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma potiguar, conhecida por seu pensamento e

<sup>10</sup> CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: editora Perseu Abramo 2000, p. 94.

<sup>11</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 23.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, Lília. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.152.

<sup>13</sup> *Feminicídio #invisibilidademata*, p.14.

<sup>14</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.184.

posicionamentos no Brasil e na Europa, com publicação de várias obras, dentre elas, destacamos as que tratam diretamente da questão de gênero, que são: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), dedica às mulheres brasileiras e aos jovens acadêmicos, nesta mostra os preconceitos acerca da mulher brasileira diante da ideia dominante da superioridade masculina; *Conselho à minha filha* (1842); *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta* (1847), fala sobre a educação e a postura ética de Nísia; *Modelo das donzelas* (1847); *Opúsculo Humanitário* (1853) trata boa parte da obra, a situação da educação brasileira na sua época e um plano para a educação da mulher brasileira; *A mulher* (1857). É admirável a postura de Nísia, por isso considerada como um “ponto fora da curva” por se tratar de uma figura pioneira ao tratar de posturas feminista contra a força do conservadorismo em pleno século XIX. Nesse sentido, como bem ressalta Marques:

Causas e ações defendidas durante sua vida se estenderam da educação à poesia, da função de escritora ao jornalismo, do feminismo ao abolicionismo, do republicanismo à defesa dos movimentos sociais. A mais ilustre potiguar segundo Veríssimo de Melo vem sendo estudada em diversas frentes e com significativo destaque<sup>15</sup>.

As posturas de Nísia Floresta como poetisa, escritora e educadora ganham espaço no contexto histórico por sua atuação com notável destaque na sua obra *Opúsculo humanitário* que defende o seguinte: “em consonância com o pensamento filosófico e utópico mais avançado de seu tempo. O progresso social de uma nação depende do grau de emancipação feminina e do lugar reservado às mulheres na sociedade”<sup>16</sup>. Nesse parâmetro, a luta de Nísia foi incansável pela emancipação da mulher na educação para além do espaço doméstico rompendo o analfabetismo e a submissão, a que elas estavam destinadas. Ademais, quanto mais ela defendia sua postura em defesa das mulheres nos seus escritos, mais notável se tornava a sua preocupação pela questão de gênero, na qual com seu toque feminino denunciava as posturas de relações entre os homens e as mulheres, para ela, sair desse aprisionamento em que se encontravam as mulheres, só era possível através da educação. O desejo de Nísia era “ver a situação do sexo feminino com justiça e, se não chegarem a promover uma metamorfose na ordem das coisas, ao menos possam contribuir para que as mulheres tenham uma melhor sorte na sociedade”<sup>17</sup>.

Interessante destacar o posicionamento crítico de Nísia Floresta ao defender a tese de que as mulheres deveriam ter acesso à educação, como ela bem expressa em *Opúsculo humanitário*: “enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado - emancipação da mulher -, nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres”<sup>18</sup>. A crítica às autoridades da capital do Império ecoa através dos seus escritos e engajamento, muito bem expresso na sua “proposta filosófica e educacional do colégio que manteve no Rio de Janeiro de 1838 a 1855, com o nome de Colégio Augusto. [...] Nísia foi, com certeza, uma das primeiras brasileiras a ter um colégio no país”<sup>19</sup>. Sabemos que a sua proposta filosófica educacional para as mulheres foi uma constante luta por visar, para além da educação, ao respeito merecido e a dignidade da mulher, tanto na esfera privada enquanto filhas, esposas e mães,

<sup>15</sup> MARQUES, Lúcio Álvaro. *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira*. Cachoeirinha: Fi, 2023, p. 305.

<sup>16</sup> Duarte, Constância Lima. *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 19.

<sup>17</sup> MARGUTTI, Paulo. *Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 24.

<sup>18</sup> FLORESTA, Nísia. *O Opúsculo Humanitário*. Estudos introdutórios e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: INEP, 1989, p. 54.

<sup>19</sup> DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 16.

quanto na esfera pública através das suas capacidades de desenvolver papéis sociais, isto é, a inserção da mulher na sociedade.

Sabemos que Nísia, esta grande mulher do século XIX, enfrentou oposições ferrenhas para conquistar seu espaço e lutar contra o peso da estrutura social sobre as mulheres fazendo levantar a sua voz a favor da educação feminina, militou através dos seus posicionamentos em torno do indianismo, do escravagismo e do nacionalismo, razões por não ser bem vista e querida aos olhos da estrutura patriarcal dominadora e controladora do período imperial, e por não agradar, o próprio sistema político autoritário, contribuiu para que as suas ideias caíssem no ostracismo, isto é, a sua luta, suas ideias e a sua identidade enquanto grande voz de resistência, caíram no esquecimento da nossa história com aquela que muito contribuiu pela causa das minorias, portanto, uma voz abafada pela lógica do sistema autoritário, sexista e preconceituoso. Logo, uma realidade que não podemos esquecer e fica como desafio, sempre fazer ecoar a voz de resistência e vivências dessa grande e admirável mulher, Nísia Floresta Brasileira Augusta, precursora do feminismo brasileiro.

Vivendo num mundo dominado por costumes conservadores, Nísia abriu caminhos munida de talento e intuição: venceu pela capacidade e também pela força intelectual. E, assim, romperam-se os padrões sociais numa sociedade construída pelos homens e para eles<sup>20</sup>.

Dentre as reflexões levantadas no âmbito da relevância das contribuições de Nísia Floresta na emancipação da mulher brasileira, temos duas questões a serem tratadas a partir dela, primeiro, a educação como projeto social que ela propôs se efetivou enquanto processo emancipatório feminino? Sabemos que não, então, a pergunta é: a educação não oferece uma resposta para os problemas sociais ou faltam estruturas para que a educação promova de fato o desenvolvimento social? Em segundo lugar: se o projeto da Nísia era tão justo e coeso para emancipação das mulheres por que até hoje no Brasil não se efetiva o propósito da educação como modo de emancipação feminina? Vendo o panorama do século XXI, sabemos que a educação não atende homens e mulheres igualmente, olhando para o espelho de Nísia Floresta, e pensando a educação como processo emancipatório de fato para todas as mulheres.

#### 4. Considerações

O foco da nossa reflexão debruçou-se sobre duas questões pertinentes: na primeira abordamos a questão sobre autoritarismo e patriarcalismo, tempo em que os homens centralizavam a força controladora do poder sobre os corpos femininos como objetos à disposição do prazer, assim também sobre outras formas de poder sobre os mais vulneráveis; tempos difíceis em que a consciência e a dignidade desses corpos vulneráveis, usados e massacrados foram postos para além dos seus limites, reflexo de uma sociedade profundamente autoritária e senhoril com práticas violentas e desiguais. Na segunda reflexão, trouxemos Nísia Floresta como importante expoente do século XIX, que despontou no cenário brasileiro de estrutura patriarcal, na qual fortemente visível as relações do jogo de poder, não se intimidou em levantar a sua bandeira em prol dos direitos da mulher no Brasil, fazendo ecoar seu forte e corajoso grito de uma lúcida consciência contra a sociedade machista da sua época.

Os pontos que discutimos neste artigo não são apenas para evidenciar uma realidade brasileira que se apoia no autoritarismo com suas mais diversas práticas de exclusão na esfera privada e pública, mas para o despertar de que é preciso ter sempre resistência frente aos horrores da sociedade machista que continua a reproduzir os

<sup>20</sup> LÊDA Marinho Varela. *Irx Nísia Floresta, uma mulher à frente do seu tempo*. Rio Grande do Norte: Editora Fundação Ulysses Guimarães, s/d, p. 19.

velhos modelos da sociedade patriarcal. Portanto, vamos fazer ecoar sempre a voz, a bravura e as posturas políticas de Nísia Floresta pela emancipação da mulher, temos muito a lutar por uma sociedade de igualdade de gênero.

## Referências

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: editora Perseu Abramo 2000.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Feminicídio #invisibilidade mata. Disponível em [https://assets-institucional-igp.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio\\_InvisibilidadeMata.pdf](https://assets-institucional-igp.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf)

FLORESTA, Nísia. *O Opúsculo Humanitário*. Estudos introdutórios e notas de Peggy Sharpe-Valadares. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LÊDA, Marinho Varela. In: Aguiar Bezerra, G. B. de & da Silva, E. (Orgs.). *Nísia Floresta Brasileira Augusta. Uma mulher à frente do seu tempo. Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Fundação Ulysses Guimarães, s/d.

MARGUTTI, Paulo. *Nísia Floresta, uma brasileira desconhecida: feminismo, positivismo e outras tendências*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

MARQUES, Lúcio Álvaro. *Formas da filosofia brasileira: 12 aportes metodológicos à historiografia, metalinguagem e autocrítica da filosofia brasileira*. Cachoeirinha: Fi, 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

---

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFTM)  
E-mail: [millacruzlopes@gmail.com](mailto:millacruzlopes@gmail.com)

Doutora em Sociologia (UNESP, 2006)  
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFTM)  
E-mail: [natalia.fernandes@uftm.edu.br](mailto:natalia.fernandes@uftm.edu.br)